

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## DA ARTE DE FAZER PARTE.

NEVES, António Amaro das

Ano: 2014-2015 | Número: 124-125

---

### Como citar este documento:

NEVES, António Amaro das, Da arte de fazer parte. *Revista de Guimarães*, 124-125 Jan.-Dez. 2014-2015, p. 23-31.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## DA ARTE DE FAZER PARTE

---

António Amaro das Neves<sup>1</sup>

Aqui falarei não da história, que outros contarão melhor do que eu, mas da pré-história de Guimarães, Capital Europeia da Cultura em 2012, num registo de memórias pessoais vertidas *currente calamo*, marginando boa parte de uma crónica que ainda haverá tempo para contar.

Fazia tempo que se sabia que em 2012 haveria uma Capital Europeia da Cultura (CEC) portuguesa. A primeira vez que se me colocou como uma hipótese próxima foi numa reunião do Conselho Cultural da Universidade do Minho (UM). Apresentou-a o reitor, António Guimarães Rodrigues, que apostara na ideia da consolidação do Minho como região de conhecimento, assente no desenvolvimento e na coesão regional. Para tanto, havia que aprofundar a lógica de cooperação intermunicipal, o que implicava agregar as contribuições de instituições mais rotinadas em trabalharem de costas voltadas. Guimarães Rodrigues viu na CEC uma oportunidade para consolidar a solidariedade regional e dar força identitária à ideia de pertença ao território de onde a instituição que liderava tomou o nome. O que propunha era que fosse apresentada uma candidatura desta *cidade continuada* que é o Minho, envolvendo os quatro municípios que integravam o Quadrilátero Urbano, Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Três dos seus lados já tinham dado luz verde. Faltava ganhar Braga para o projecto comum e havia fundadas dúvidas quanto à disponibilidade dos seus responsáveis autárquicos para participarem numa candidatura partilhada. O presidente do Conselho Cultural, Lúcio Craveiro da Silva,

---

<sup>1</sup> Sociedade Martins Sarmento. Professor na Escola Secundária Francisco de Holanda - [amarodasneves@esfh.pt](mailto:amarodasneves@esfh.pt)

assumiu a missão de levar a proposta ao presidente da Câmara de Braga. Num primeiro momento, os sinais foram positivos. Passados alguns dias, um jornal bracarense publicava um artigo de opinião assinado pelo, à época, mentor intelectual das políticas culturais do município bracarense, que punha termo à conversa. Braga não alinharia com uma candidatura comum, porque estava a preparar uma candidatura própria, a solo. Morria a ideia do Minho como região europeia da cultura.

Em Guimarães, ao contrário do que se via suceder em Braga, havia uma cooperação franca e estreita entre a Universidade, a Câmara e instituições culturais da cidade, de que já resultara a criação de uma Unidade Cultural da UM, a Casa de Sarmento — Centro de Estudos do Património, em articulação com a Sociedade Martins Sarmento e a autarquia. Outros projectos se iam desenhando, num processo criativo fecundo que tinha o ex-vice-reitor Carlos Bernardo como pivot e mobilizava o então presidente da Escola de Engenharia, António Cunha, e Júlio Mendes, vereador da Câmara Municipal de Guimarães. Trabalhavam num programa de requalificação de uma área histórica de Guimarães que reclamava uma intervenção urgente, o velho arrabalde onde antigamente se situavam as actividades de curtimenta de couros, para onde se projectavam valências da Universidade ligadas ao ensino e à investigação e equipamentos culturais a instalar pela autarquia. Estava em germinação o CampUrbis. Mas também estava a ser amadurecido um outro plano, o da criação de um centro de artes ligado ao pintor José de Guimarães, que, entre outras funções, acolheria e mostraria a sua obra e as impressionantes colecções de arte tribal africana, arte arqueológica chinesa e arte pré-colombiana que o artista reunira ao longo de quase meio século, ideia trazida de conversas entre o pintor e Carlos Bernardo. Este centro, em cujos trabalhos preliminares também participou a vereadora da Cultura, Francisca Abreu, seria englobado no programa de requalificação do bairro de Couros, onde iria nascer um ambicioso complexo cultural, a Plataforma das Artes. Um terceiro projecto que estava a ser trabalhado, visava a instalação de uma instituição museológica de referência dedicada à história, à cultura e às tradições de Guimarães, que teria como fonte de inspiração a Casa da Cultura de Paraty, no Brasil, e que se deveria chamar Casa

da Memória. Estes projectos, cujos conceitos estavam estruturados e amadurecidos, repousavam numa gaveta municipal, a aguardar uma janela de financiamento para poderem avançar.

Ao longo de 2006, estava também em preparação um projecto que, acreditávamos, iria permitir que, finalmente, o Ministério da Cultura passasse a assumir a sua quota-parte na salvaguarda do património e da actividade da Sociedade Martins Sarmiento, que têm dimensão inegavelmente nacional. A solução foi negociada e desenhada. Em meados de Setembro, os documentos que lhe dariam base legal estavam prontos. Faltava cumprir o ritual da apresentação pública. Quando foi anunciada uma reunião do Conselho de Ministros para o Centro Cultural Vila Flor, foi-me pedido que me mantivesse em estado de prontidão, por estar prevista a apresentação do projecto que tínhamos entre mãos, na conferência de imprensa que se seguiria à reunião do Governo. Ao mesmo tempo, fui prevenido de que o acto poderia não acontecer, porque estava pendente a possibilidade de, na mesma ocasião, ser feito um outro anúncio importante. Aparentemente, naqueles dias iniciais de Outubro de 2006, o que se ponderava anunciar ainda se encontrava em fase de decisão. Na véspera do Conselho de Ministros de Guimarães fui desmobilizado: podia ir de fim-de-semana, porque o que iria ser anunciado era o que eu ainda não sabia.

Na manhã daquele sábado, dia 7 de Outubro, estava na Apúlia, de ouvido atento às notícias de Guimarães. A novidade chegou num telefonema, à hora de almoço, pela voz de um jornalista que assistia à conferência de imprensa do Governo: a Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, acabava de anunciar que o Governo de Portugal tinha decidido apoiar a formalização da candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura em 2012. Na prática, anunciava-se que estava destinado a Guimarães o título de Capital da Cultura a que Portugal tinha direito no ano de 2012, já que, com o apoio do Governo, o processo de candidatura seria o cumprimento de uma mera formalidade. A surpresa foi geral, já que (quase) ninguém estava à espera de tão estrondosa novidade. Tanto quanto julgo saber, em Guimarães, só duas pessoas tiveram conhecimento antecipado do que acabava de se anunciar: o presidente da Câmara, António Magalhães, e o deputado Miguel Laranjeiro.

Recordo a primeira notícia que ouvi naquele dia sobre a Capital Europeia da Cultura de Guimarães. Depois do anúncio, o jornalista colocava o microfone à frente do presidente da Câmara vimaranense, querendo saber como reagia ao anúncio que acabava de ser feito e quais os projectos que Guimarães tinha para a Capital Europeia da Cultura. A resposta saiu pronta: muita satisfação, com o anúncio, que vinha dar um novo impulso ao programa de intervenção de grande envergadura que estava programado para a Zona de Couros, o CampUrbis, e permitia a concretização de projectos como a Casa da Memória e o centro internacional de artes dedicado a José de Guimarães.

Ao espanto seguiu-se o entusiasmo. Brotavam ideias e projectos, sonhos antigos que agora poderiam ser concretizados. E, ao contrário do que era costume, num país tão dado às artes do improvisado, havia tempo para preparar o que aí vinha. Abriu-se uma bolsa informal de apostas para tentar adivinhar quem seria o “comissário” que iria liderar o processo, discutia-se qual seria o melhor modelo de organização e de preparação do evento.

O processo foi fazendo o seu caminho. O Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Guimarães criaram um Grupo de Missão paritário, com dois representantes do ministério, Elisa Babo e Paula Aleixo, e dois representantes da autarquia, Francisca Abreu e Júlio Mendes. Realizaram-se múltiplas sessões de audição de agentes culturais, associativos e económicos do concelho, prepararam-se os documentos de candidatura, estabeleceram-se contactos nacionais e internacionais.

Um momento decisivo no exercício de aquilatar a dimensão do projecto que tínhamos entre mãos aconteceu num fim-de-semana do Verão de 2008, quando Guimarães recebeu a visita de Robert Scott, o experiente presidente do painel de selecção da Comissão Europeia que tinha entre mãos a candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura. Vinha em missão de reconhecimento dos projectos que estavam a ser preparados com 2012 no horizonte. Também estive na Sociedade Martins Sarmento, onde lhe foram mostrados, a par do património cultural de que a instituição é guardiã, os projectos em que estávamos a trabalhar e que viriam a integrar a candidatura de Guimarães a CEC, nomeadamente a instalação, ao lado do Museu Arqueológico existente,

ele próprio um repositório de história museológica, de um novo museu concebido com base numa gramática expositiva contemporânea, centrado em explicar os contextos de produção e de utilização dos materiais arqueológicos que integrariam a sua exposição.

Dessa visita de Robert Scott, ficou na memória o seu apelo para que fosse bem aproveitada a “oportunidade fantástica” que Guimarães tinha pela frente, que lhe permitiria fazer, em pouco tempo, um trabalho que, noutras circunstâncias, demoraria décadas. Se assim se fizesse, quem viesse a Guimarães em 2020 haveria de perceber que aqui aconteceu algo de diferente e de importante em 2012.

Com o correr dos dias, começaram a surgir sinais de inquietação. No início de 2008, Isabel Pires de Lima fora removida do Ministério da Cultura sem que estivesse resolvido o dossier do modelo de gestão da CEC, nem designada a equipa que o iria pôr em funcionamento. A substituição resultou de um erro de *casting* e marca o exacto momento em que o processo começou a desandar.

Só em meados de 2009 é que começou a ganhar forma o modelo de governo da CEC. Iria ser uma fundação, anunciando-se que seria presidida por uma personalidade que, até então, ninguém cogitara e a quem não se conhecia qualquer currículo nas áreas da cultura e da programação cultural, uma ilustre desconhecida que alguém apresentou como uma espécie de Rosa Mota dos processos de candidatura a fundos europeus. Foi apresentada em cerimónia pública em Julho de 2009, num momento em que a Fundação Cidade de Guimarães (FCG) ainda nem sequer existia, já que os seus estatutos só seriam aprovados e publicados no mês seguinte. A cerimónia de apresentação teve algum brilho, a presidente indigitada fez um discurso eficaz. Mas ficou no ar a sensação de que havia algo que não batia certo: não tinha sido apresentada qualquer ideia sobre o que iria acontecer em Guimarães em 2012.

Dias depois, toca o telefone. Do outro lado da linha, um amigo cumpre a missão de me prevenir que o meu nome iria ser votado no dia seguinte, em reunião da vereação, para integrar o Conselho Geral da FCG, na condição de presidente da direcção da Sociedade Martins Sarmiento (SMS). Como desconhecia a orgânica da FCG, pedi que me fossem enviados os respectivos estatutos, que não tardaram a cair na

caixa de correio electrónico. Ao percorrer o articulado do documento, logo percebi que não percebia nada. Os estatutos estavam redigidos de tal modo que entronizavam a pessoa que ocupasse a cadeira de presidente do respectivo Conselho de Administração, atribuindo-lhe poderes quase absolutos e colocando-a numa posição praticamente inamovível. Na prática, a Câmara e o Ministério da Cultura prescindiam de ter vozes activas determinantes no destino da instituição que ia organizar a CEC, limitando-se ao papel de financiadores passivos. Ou seja, aquilo que se pensou como um grande empreendimento colectivo, ameaçava reduzir-se a uma empresa de dimensão unipessoal. A desconfiança ia em crescendo.

Infelizmente, os dias que se seguiram deram razão às nossas desconfianças. É certo que o discurso oficial da CEC ia de encontro ao que as pessoas esperavam ouvir, servindo-se de expressões que antes só se ouviam do lado de cá, como “envolvimento” e “lastro para o futuro”, a que acrescentava um toque de aparente modernidade, com o recurso a estrangeirismos de pendor tecnocrático e de expressões então na moda. Mas cedo se percebeu que toda aquela eloquência, embebida de palavras que soavam bem aos nossos ouvidos, era completamente vazia, quando confrontada com a realidade do que se fazia. O que se dizia que iria acontecer, e que todos esperavam que acontecesse, não acontecia. Falava-se em envolvimento dos cidadãos e das instituições culturais vimaranenses, ao mesmo tempo que se lhes voltava as costas. Não se fez qualquer esforço para tentar conhecer e compreender a realidade local, com todos seus particularismos e especificidades. Por outro lado, não demorou a perceber-se que a política de comunicação da FCG era errática, inconsistente e pouco profissional, dando farto sustento ao campo mais corrosivo e menos recomendável que há por aí, aquele de onde o anedotário brota.

Um dia, quando a FCG estava a preparar a sua primeira grande iniciativa de índole cultural, uma conferência do filósofo Eduardo Lourenço, telefonaram da FCG para a SMS. Queriam colocar uma questão à direcção. Atendem da direcção. Aparentemente, a tal questão seria uma daquelas que, no entender de quem telefonava, só a direcção da SMS poderia responder: em que rua é que fica a Sociedade Martins

Sarmento? Foi respondido, mas a resposta, provavelmente por ir acompanhada de certa ironia, não satisfez quem fez a pergunta. Por via das dúvidas, terão consultado o *Google Maps*. No dia seguinte, lá estava, pintada a tinta de jornal, a informação de que o professor Eduardo Lourenço iria proferir uma conferência na Sociedade Martins Sarmento, na rua Dr. Avelino da Silva Guimarães. Mais uma vez, se cumpria aquilo que em Guimarães já era voz corrente: não acertavam uma.

Aqueles foram dias de desassossego e inquietação. Quem estava com os pés em terra e conhecia a realidade local já não tinha dúvidas: aquela era a rota que conduziria ao naufrágio. A inquietação, primeiro apenas murmurada, passou a exprimir-se em voz alta. A ruptura entre a presidente da FCG e o Ministério da Cultura, na sequência das eleições de 2009, na altura já titulado por Gabriela Canavilhas, era cada vez mais iniludível. As mudanças na vereação da Câmara Municipal de Guimarães e o surdo contar de espingardas dos que se perfilavam para a sucessão a António Magalhães também não ajudavam afastar as nuvens que pairavam no horizonte da CEC.

No Outono de 2010, a pouco mais de um ano da abertura da CEC, eram cada vez mais audíveis os desabafos que verbalizavam uma certeza que crescia a cada dia que passava: assim não vamos lá.

As polémicas sucediam-se. O divórcio entre a sociedade vimaranense e a administração da FCG era patente. Com o transcurso do tempo, as reuniões do Conselho Geral da Fundação foram-se tornando cada vez mais tensas. Numa delas, realizada no Campus de Azurém, quando já terminava o mês de Março de 2011, nada terá ficado por dizer. No final, foi aprovada uma moção, subscrita por Jorge Sampaio, Adriano Moreira, José Manuel dos Santos e Luís Braga da Cruz, em que se analisava a situação em que se encontrava a preparação da CEC, se dava conta da preocupação que todos partilhavam e se recomendava ao Conselho de Administração da FCG que procedesse a uma reflexão estratégica para a que fossem criadas condições de cooperação entre as entidades parceiras no projecto e trabalhasse para recuperar a confiança e o entusiasmo em torno do projecto, de forma a garantir a adesão e apoio da comunidade vimaranense.

O apelo, logo se viu, caiu em saco roto.



Entretanto, o presidente da Câmara já tinha tomado em mãos a urgência de se encontrar uma solução para evitar o que parecia inevitável. Numa reunião realizada num dos hotéis de Guimarães, tinha escutado o que pensava um conjunto de pessoas ligadas à cultura e ao movimento associativo de Guimarães. O retrato traçado era negro, mas ainda havia esperança na reversão do caminho que estava a ser seguido.

Em meados de Maio de 2011, consumava-se o que já há muito se suspeitava: consumava-se a demissão do Director de Projecto, Carlos Martins, peça chave no processo de concepção e desenvolvimento do programa cultural para Guimarães 2012. O desastre parecia irreversível.

Quando foi anunciada a demissão do Director de Projecto, o presidente da Câmara pediu-me que pensasse num plano B. Era preciso ter nas mãos o mapa das vias possíveis para sair do atoleiro em que a CEC estava enterrada. Passados dois dias, depois de conversar com algumas pessoas, enviava ao presidente da Câmara um documento em que alinhava o resultado da minha reflexão. O caminho passaria por atacar o problema na sua origem, com uma intervenção rápida e cirúrgica, que procurasse minimizar eventuais danos colaterais. Como não era possível voltar ao quilómetro zero, porque o tempo urgia, havia necessidade de proceder a uma ruptura controlada que, dentro do possível assegurasse a continuidade dos processos de programação que já estavam em curso. O processo passaria pela demissão da presidente do Conselho de Administração e a chamada do vice-presidente, João Bonifácio Serra, para a presidência. Este designaria um novo conselho de administração. Ao mesmo tempo, tentar-se-ia convencer o director de projecto que se tinha demitido a regressar e encontrar um novo modelo de condução do processo, com uma maior mobilização das competências instaladas na Câmara Municipal de Guimarães e na *régie-cooperativa A Oficina*.

Ainda passariam mais dois meses até ao dia em que se resgatou a esperança.

A 22 de Julho de 2011, reunião matinal do Conselho Geral da FCG, no Paço dos Duques. Por telefone, o presidente daquele órgão, Jorge Sampaio, já nos tinha preparado para o que iria acontecer: durasse o que durasse, a reunião não terminaria enquanto não fosse encontrada

uma solução definitiva. Os trabalhos foram abertos e imediatamente suspensos. Seriam reabertos assim que as negociações que estavam a decorrer chegassem a termo, o que aconteceu passado algumas horas, com o único desfecho que ainda permitiria o retomar da rota de onde a preparação da CEC nunca se deveria ter afastado. A presidente do Conselho de Administração da Fundação saía de cena.

Faltavam 5 meses para 2012.

Um homem de cultura, João Serra, assumia a liderança do processo. Carlos Martins, estava de regresso. De novo na Apúlia, o novo presidente da FCG partilhou comigo o programa que tinha traçado e as ideias que o orientariam na formação da equipa que iria tomar em mãos a tarefa de recuperar, em escassos meses, todo o tempo que já se perdera. A tarefa parecia quimérica, mas nós sabíamos que, se se voltasse a ganhar a confiança das gentes, o milagre aconteceria.

Um slogan feliz, ajudou a recolocar a construção da festa no caminho de onde nunca se deveria ter desviado, o da aposta no envolvimento dos cidadãos.

Tu fazes parte.

A cada dia que passava, crescia o número dos que tornavam a acreditar.

Eu faço parte.

E os vimaranenses deram a resposta que costumam dar sempre que é accionada a pulsão gregária que os mobiliza para as grandes causas comunitárias.

Nós fazemos parte.

Quando, naquele 21 de Janeiro de 2012, se abriram as portas da Capital Europeia da Cultura, as ruas da cidade foram atravessadas por torrentes de gente feliz. Cumpria-se um desígnio colectivo, que um jornalista resumiu num título feliz:

Guimarães levantou-se e andou.